

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1
2
3 Aos vinte e quatro dias de maio de dois mil e um realizou-se a Vigésima Primeira Reunião Extraordinária do Conselho
4 Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no auditório do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o
5 início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Carlos Schwanke**, Representante
6 do Secretário de Ciência e Tecnologia; **Ten. Cel. Carlos Vieira Nogueira**, Representante do Secretário de Justiça e
7 Segurança; **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Sr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva**,
8 Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Salzano Barreto**, Representante da Secretária da Saúde;
9 **Sr. Eberson José Thimmig Silveira**, Representante da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sra. Vanessa**
10 **Marx**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sra. Maria Luíza Pires**, Representante do Secretário
11 da Cultura; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. José Lauro de**
12 **Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante Titular da Instituição
13 Universitária Privada; **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior**, Representante Titular do DEFAP; **Sr. Fernando Petersen Júnior**,
14 Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do RS; **Sr. Jackson Müller**, Representante Suplente da FAMURS; **Sr.**
15 **Anselmo Piovesan**, Representante Titular da FETAG; **Sr. Victor Hugo de Lazzer**, Representante Suplente da FIERGS;
16 **Sr. David Edison Maciel Barros**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Sr. Alexandre Bugin**, Representante Titular
17 dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Luiz Rampazzo**, Representante Suplente do CEA; **Sra. Maria de Fátima**
18 **Santos**, Representante Suplente do CLEPEI; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do
19 Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Flávio Lewgoy** e **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representantes, Titular e Suplente, da
20 AGAPAN; **Sr. Arno Leandro Kayser**, Representante Titular do Movimento Roessler; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**,
21 Representante da FEPAM e Secretário Executivo e **Sr. Claudio Roberto Bertoldo Langone**, Secretário do Meio Ambiente
22 e Presidente deste Conselho. Participaram também a Sra. Maria Augusta Feldman, Presidente da Fundação Zoobotânica, Sr.
23 Sílvio Botelho, Diretor Geral da SEMA, Sr. Fabrício Barreto, Chefe de Gabinete da SEMA, Sr. Gustavo de Moraes
24 Trindade, Assessoria Jurídica da SEMA e Sr. Valtemir B. Goldmeier, da FAMURS. Após a assinatura do Livro de
25 Presenças, o Sr. Secretário Executivo deu início aos trabalhos. **Sr. Nilvo Luiz Alves a Silva**: boa-tarde, senhores
26 Conselheiros. Nós já temos o *quorum* necessário para a pauta de hoje: **1 – Eleição para a Presidência do Conselho**. A
27 Mesa vai ler algumas Comunicações importantes e, imediatamente, passa à Comissão Eleitoral para que conduza a reunião
28 de hoje, tendo como objetivo a eleição da Presidência do Conselho. Comunicações: a Universidade Federal do Rio Grande
29 do Sul designou os representantes para a composição do Conselho. Os representantes das Universidades Públicas são:
30 **Sérgio Luiz de Carvalho Leite** e **Teresinha Guerra**, representantes da Instituição Universitária Pública, já nomeados por
31 ato do Governador do Estado; foi publicado, no Diário Oficial do Estado, de 24/05/2001, a Moção CONSEMA 01/2001,
32 que manifesta contrariedade ao Projeto de Lei 4147/2001; o IBAMA informa que o seu representante titular, Eng. Cláudio
33 Orlando Liberman não poderá comparecer a 21ª Reunião Extraordinária, por encontrar-se em viagem ao interior do Estado;
34 a Secretaria de Coordenação e Planejamento, por meio do Ofício 373/2001, informar que a senhora Vanessa Marx estará
35 representando o Secretário da Pasta; a Secretaria de Ciência e Tecnologia comunica que o senhor Carlos Emílio Schwanke
36 estará representando o Secretário da Pasta de Ciência de Tecnologia por meio do Ofício 385/2001; ofício da SEDAI, que
37 informa que a senhora Marta M. Dias, representante do Secretário junto ao CONSEMA encontra-se impossibilitada de
38 comparecer a esta reunião por motivos de saúde; ofício 207/2001 da SEDAC, informando que o Secretário da Cultura
39 estará sendo representando nesta reunião pela senhora Maria Luíza Pires. Feitas as Comunicações, convido a Comissão
40 Eleitoral para o encaminhamento do processo de eleição da Presidência do Conselho. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade**:
41 uma boa-tarde a todos. Pela Resolução 12 e 13 do CONSEMA, deste ano foi nomeada uma Comissão Eleitoral composta de
42 três membros para estabelecer as regras do procedimento para a eleição da Presidência do CONSEMA, prevista na Lei de
43 criação da Secretaria, que trouxe essa inovação da eleição para Presidente do CONSEMA. A Comissão Eleitoral é
44 composta de três membros: o Eng. Alexandre Bugin, representando os Comitês de Bacias Hidrográficas; o Secretário
45 Jackson Müller, representando a FAMURS e Gustavo Trindade, representando a Secretaria de Meio Ambiente. Dos
46 primeiros trabalhos da Comissão Eleitoral restou publicada a Resolução 013/2001, que prorroga os trabalhos e estabelece
47 algumas regras para a eleição. Os outros restantes das regras para a eleição já estão colocados no próprio Regimento Interno
48 do CONSEMA, que estabelece alguns procedimentos, como *quorum* mínimo de 2/3 para a realização da eleição, ou seja,
49 (20) vinte Conselheiros são necessários para a realização da eleição. Ficou acertado também, de acordo com a deliberação
50 do CONSEMA na última reunião, que a votação será secreta. Há dois candidatos inscritos, o período de inscrição foi
51 encerrado na data de ontem, e houve dois candidatos inscritos, pela ordem: Primeiro, o Secretário Cláudio Langone, pela
52 SEMA, e o Prof. Flávio Lewgoy, pela AGAPAN. A Comissão Eleitoral se reuniu e fez uma proposta de encaminhamento
53 para a eleição. Seria um *quorum* mínimo de vinte Conselheiros, uma votação secreta, e nós colocamos à apreciação do
54 Plenário duas possibilidades que não são excludentes. A primeira, que seria uma possibilidade de abertura de defesa das
55 candidaturas por cinco minutos, sendo duas manifestações de defesa de candidatura por cada um dos candidatos e, após
56 uma manifestação de no máximo dez minutos dos candidatos à eleição do CONSEMA. Posteriormente, abriríamos,
57 efetivamente, à votação por um prazo de vinte minutos. Imediatamente finalizada a eleição a Comissão Eleitoral realizaria a
58 apuração dos votos. Então, resumidamente, a proposição seria, num momento inicial, fazer-se duas defesas de candidatura,
59 por cinco minutos cada defesa, passando posteriormente a uma fala dos candidatos por um período máximo de dez minutos

60 e, após abrir-se-ia o processo de votação por um período de vinte minutos. Esta é uma proposição da Comissão Eleitoral
61 que é submetida à apreciação do Plenário. Alguma proposta contrária? **Sr. José Lauro de Quadros:** peço um
62 esclarecimento. Esta votação secreta é do Regimento ou é uma proposição da Comissão Eleitoral? **Sr. Gustavo de Moraes**
63 **Trindade:** na última reunião do CONSEMA nós submetemos o trabalho realizado inicialmente pela Comissão Eleitoral e
64 foi aprovada, por meio da Resolução 013/01, que a votação dar-se-ia de forma secreta. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** não sei
65 se haveria necessidade de haver duas defesas. Acho que uma seria suficiente, pois são dois candidatos bastante conhecidos
66 de todos nós. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** uma defesa para cada candidatura e depois a fala dos candidatos, feitas
67 estas duas etapas é realizada a votação. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** antes de passar para o processo eleitoral, só uma
68 última Comunicação que nos chega agora da Secretaria de Saúde que o Eng. Salzano de Oliveira, está representando, nesta
69 reunião, em substituição ao Celso Bitencourt, a Secretaria de Saúde. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** começamos a
70 primeira etapa, que é a defesa das candidaturas. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** alguém que deseja fazer defesa de um dos
71 candidatos? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** a candidatura do Prof. Flávio Lewgoy dispensa maiores apresentações, mas que a
72 gente acha importante é que a eleição para o CONSEMA foi uma vitória das entidades civis que fazem parte deste
73 Conselho. E por isso a importância de nós termos um candidato, e este candidato que hoje está aqui representando não
74 somente a AGAPAN e as entidades que fazem parte do CONSEMA, mas ele está referendado pelo XXII Encontro Estadual
75 de Entidades Ecológicas, que aconteceu em maio, em Pelotas, onde foi referendado o nome do Prof. Flávio Lewgoy. E não
76 vou fazer uma apresentação pessoal do histórico, do currículo do Prof. Flávio Lewgoy, pois acredito ser dispensável esse
77 tipo de apresentação. Mas colocar que, em nosso entendimento, é extremamente importante que o Conselho se torne um
78 órgão autônomo do Governo. E para isso é importantíssimo a apresentação de um candidato que represente a sociedade
79 civil neste Conselho. Por isso estamos apresentando a candidatura do Prof. Flávio Lewgoy. **Sr. Gustavo de Moraes**
80 **Trindade:** a palavra está aberta para a defesa de mais uma candidatura. **Sr. José Lauro de Quadros:** senhores
81 Conselheiros, quando perguntei se a votação seria secreta ou aberta, é porque nós gostamos da transparência. E temos a
82 oportunidade, dentro do Conselho, dos Conselheiros aqui presentes, de fazer a abertura do nosso voto, o que os demais
83 Conselheiros não terão porque o voto será secreto. No encaminhamento do apoio à candidatura do Secretário Langone,
84 gostaria de lembrar que as grandes caminhadas sempre começam pelo primeiro passo. Mas se nós não dermos os passos
85 seguintes essa caminhada não chegará a lugar nenhum. Nós temos um grande avanço no Rio Grande do Sul nesses últimos
86 tempos, na área ambiental. Na reunião passada da Câmara Técnica Permanente do CONSEMA, nós ainda lembrávamos dos
87 grandes debates que tivemos por ocasião da discussão do Código Florestal. E quando pelo acirramento de ânimos alguns
88 artigos ficaram aprovados, mas não ficaram consolidados, e estamos aí a todo o momento tentando consertar aquilo que não
89 foi conseguido como um consenso. Já no Código do Meio Ambiente, durante seis, sete anos debatemos e fomos chegando a
90 sintonia fina e conseguimos, no ano passado, a aprovação do Código Estadual do Meio Ambiente, o mais moderno do
91 Brasil e, por consenso da Assembléia, por unanimidade dos 55 Deputados. Isso mostra o avanço que temos no Rio Grande
92 do Sul no debate desses temas ambientais. O Prof. Lewgoy, meu querido amigo, grande batalhador dessas nossas causas
93 ambientais merece o meu respeito total e público. No entanto, eu defendo que, para consolidar o Conselho, o Secretário
94 Cláudio Langone representa o nosso caminho, nesse momento, porque foi o Secretário Cláudio Langone que conseguiu-nos
95 ajudar no encaminhamento da votação do nosso Código do Meio Ambiente. Foi ele o grande artífice para que pudéssemos
96 ter a nossa Secretaria Estadual do Meio Ambiente. E assumindo essa Secretaria ele não decepcionou, nem na área pública,
97 nem na área privada, nem na área produtiva, todos o seguimentos que estão sobre a fiscalização e sobre a orientação da
98 Secretaria do Meio Ambiente são unânimes. Na gestão equilibrada, transparente, honesta, uma gestão aberta ao diálogo que
99 o Secretário Langone vem mantendo, ele e sua equipe, porque também não adianta nós termos um Secretário, da mais alta
100 condição de diálogo, se não sabe formar uma equipe. E não precisa citar exemplos, ao longo das administrações em nível
101 federal ou estadual, quando, às vezes, as pessoas da mais alta responsabilidade, do mais alto comando, assessoram-se das
102 pessoas que não são as mais indicadas vai tudo água abaixo. Portanto, Secretário Langone, pela sua condição própria de um
103 profissional competente, respeitado, aberto ao diálogo, idealista, honesto, e pela equipe que ele formou, é uma Secretaria
104 que nós, da área privada, lá na FARSUL, nós nos orgulhamos do relacionamento que nós temos com o Secretário Langone
105 e com a sua equipe, e falo pela FIERGS também, como Conselheiro do Meio Ambiente da FIERGS, e tenho certeza que em
106 outras entidades aqui presentes também gostariam de endossar o que estou dizendo. Respeito a colega que defendeu a
107 candidatura do Prof. Lewgoy, que considero também pessoa das mais respeitáveis do Rio Grande. Mas encerro, convidando
108 a todos os Conselheiros votantes para que consolidemos a nossa Secretaria do Meio Ambiente por meio do apoio do
109 Conselho do Meio Ambiente. E este Conselho Estadual do Meio Ambiente tendo a Presidência do Secretário Langone, nós
110 estamos unidos. A Presidência do Conselho, o Secretário, e não é um encaminhamento de votação chapa branca. Vamos
111 abstrair que o Secretário Langone é o Secretário do Meio Ambiente. É o Secretário Langone pela sua atuação dentro do
112 Conselho do Meio Ambiente, na Presidência que exerceu até agora, pelo encaminhamento da sua reeleição. **Sr. Gustavo de**
113 **Moraes Trindade:** após as manifestações de defesa de candidatura, fica aberto então, por dez minutos, a palavra a cada um
114 dos candidatos. **Sr. Claudio Langone:** estou vendo, em primeira mão, a nova publicação da FAMURS, "Meio Ambiente na
115 Administração Municipal". Quero manifestar aqui a importância que nós tivemos na definição da Lei que criou a SEMA
116 com a eleição para a Presidência. E manifestar o meu reconhecimento a figura do Prof. Flávio, a representação que ele tem
117 aqui, que é da AGAPAN e as demais ONGs. Recebi agora a informação de que se trata de uma indicação do próprio
118 Encontro de Entidades Ecológicas, e estive nesse Encontro, uma indicação referendada por um conjunto maior de

119 entidades. E gostaria só de fazer algumas considerações a este Conselho que são importantes para que a gente olhe para o
120 futuro. Em primeiro lugar, estamos tratando aqui da eleição do Presidente do Conselho. O Presidente tem uma
121 responsabilidade que é quase 100% de condução das reuniões pelo Regimento do CONSEMA. Uma questão importante a
122 ser colocada porque, de fato, a única função, fora da função de condução das reuniões, é a função de representação do
123 Conselho, mas o Presidente só pode falar em nome do Conselho a partir das Resoluções que o próprio Conselho tem em
124 cada situação específica. Então, não há uma representação, e sim, há uma representação, pela pluralidade do Conselho, em
125 cima das Resoluções que são aqui aprovadas após a consideração de todas as instituições representadas. De fato, toda a
126 parte de sustentação infra-estrutural, de responsabilidade política com a efetivação do funcionamento do Conselho não está
127 em discussão aqui, porque essa responsabilidade, pelo Regimento, é da Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva tem
128 trabalhado nesse sentido, a partir da FEPAM, tentando criar condições melhores e mais razoáveis a partir das deliberações e
129 das reivindicações que têm sido apresentadas no último período para um funcionamento mais efetivo do Conselho. Então, o
130 Presidente tem uma função que está muito vinculada à dinâmica de funcionamento das reuniões e aí gostaria de resgatar um
131 processo que nós tivemos, no último período, e que não foi um processo pequeno. A criação da Secretaria do Meio
132 Ambiente foi um processo que levou dois anos, e todos sabem que tivemos resistências, problemas, dificuldades para a sua
133 implementação. Ela está consolidada, e isso tem uma repercussão pois o Conselho passa a incidir, não só a uma única
134 entidade, que tinha de fato a vinculação mais orgânica com esse Conselho do ponto de vista da execução das políticas que
135 ele delibera. Ele passa a incidir sobre um leque bem maior de instituições que hoje estão vinculadas à Secretaria nesse novo
136 arranjo institucional do setor ambiental do Estado. E esta é uma questão importante e que ganha mais importância a partir
137 do fato de que, com a vinda do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o âmbito da SEMA, temos de fato os dois
138 grandes Conselhos do setor ambiental do Estado sob uma mesma orientação, uma mesma direção. Vamos poder, como o
139 CRH experimentar, uma coisa que não acontece em nível federal, que é uma instância de diálogo entre esses dois Conselhos
140 e suas respectivas Câmaras Técnicas. Um problema que nós tínhamos, que era colocado pelos Conselheiros, quando
141 assumimos, era a ausência sistemática do Secretário responsável pelo Conselho nas reuniões. Que eu saiba, lembro aqui de
142 depoimentos que foram dados por pessoas que estão neste Plenário, a presença do Secretário Bonow na gestão anterior
143 resumiu-se a uma reunião do CONSEMA em quatro anos de mandato. Então, essa foi a primeira questão que nós
144 assumimos o compromisso, e não por obrigação, mas nós achamos que isso é importante estar presente na reunião do
145 Conselho, o Secretário da Pasta responsável pelo processo de reorganização estar presente, e nós estivemos em 100% das
146 reuniões que o CONSEMA realizou até agora, que foram 27 reuniões. A outra questão que nós tínhamos era dar mais
147 efetividade para o funcionamento do Conselho. De fato, mesmo antes da alteração do Regimento nós realizamos, na média
148 nesses dois anos e meio, pelo menos uma reunião por mês, com um nível de produtividade bastante razoável em relação as
149 Resoluções e discussões. Do ponto de vista político, se nós formos fazer um balanço dessas Resoluções vamos ver que a
150 maior parte das Resoluções foram aprovadas por consenso ou com elevado grau de acordo, em função de que, pela
151 diversidade das representações, Governo, sociedade civil, e a diversidade das representações da sociedade civil, esse
152 Conselho é uma instância de diálogo entre essas visões diferenciadas, nesses interesses diferenciados, e a busca da
153 aproximação de uma opinião majoritária ou às vezes, preferencialmente, de uma opinião consensual. As opiniões
154 consensuais têm sido decisivas em vários aspectos, entre eles, o do próprio Código de Meio Ambiente para esses avanços.
155 A Secretaria, na Presidência do Conselho, tem funcionado mais como um elemento de articulação dessas opiniões, de busca
156 do esgotamento das tentativas de máximo acordo possível para que esse Conselho possa ter de fato uma organicidade que
157 lhe permita crescer como instância que tem uma relativa autonomia em relação ao Governo, mas que está vinculada ao
158 aparelho institucional do Estado, senão fica um Conselho não-governamental, e ele não é um Conselho não-governamental.
159 Ele é um espaço institucional que tem representação governamental da sociedade civil. É um espaço de controle sobre as
160 ações do Governo mas ele, de fato, tem que ter aqui, independentemente de quem tenha a responsabilidade pela sua
161 Direção, a presença efetiva do Governo para acompanhar, discutir, apresentar as suas opiniões, sustentar o funcionamento
162 do Conselho e sobretudo para implementar as Resoluções do Conselho uma vez que temos tido problemas de Conselhos,
163 que as Resoluções são aprovadas e não têm continuidade executiva, e parece uma questão muito importante. Nós fizemos
164 um processo de recomposição do Regimento Interno e de composição das Câmaras Técnicas que provavelmente dará maior
165 densidade para as pautas do Conselho, porque as Câmaras Técnicas Permanentes passam a ser um alimentador de temas que
166 progressivamente devem vir aqui para deliberação. E nesse processo de reforma do Conselho, que foi um processo bastante
167 positivo, fizemos uma opção coletiva que foi subordinada ao Plenário deste Conselho, que era tratar em separado todas as
168 questões do Regimento Interno que se resolviam em si mesmas, e deixar para um segundo momento tratar daquelas
169 questões do Regimento que exigiriam uma modificação da lei para ir à Assembléia Legislativa. Entre elas, a da
170 recomposição do Conselho e vou lembrá-los aqui que a Secretaria manifestou naqueles dois Seminários que tivemos no ano
171 passado, achamos que é necessário discutir a nova composição do Conselho. Mas, acatamos a opinião geral, de entidades
172 com quem nós conversamos em particular antes do Seminário, e também a opinião do Plenário de que seria mais adequado
173 fazer isso em duas etapas. E acho que nós só conseguiremos consolidar a finalização de um processo de reformulação do
174 Conselho se a gente incidir sobre aquelas questões que foram indicadas como passíveis de aperfeiçoamento, mas que foram
175 deixadas para uma segunda etapa, que são aquelas que dependem de modificação na lei, e entendemos que está correto. E
176 se nós tivermos que modificar e enviar uma proposta modificativa da lei à Assembléia, que se faça globalmente, não só em
177 um assunto pontual. Então, a nossa apresentação da candidatura da Secretaria para estar à frente desse processo, tem muito

178 a ver com a finalização desse ciclo político do Conselho que está vinculado a um compromisso maior nosso que é dessa
179 gestão, e não pode ser adiado para gestões posteriores, que nós não terminamos o processo de consolidação ou de
180 reorganização do setor ambiental do Estado. E isso envolve a reorganização institucional do aparelho de Estado executivo,
181 mas envolve também a relação com esse conjunto de organizações e de Conselhos que estão aí na órbita da Secretaria.
182 Então, vemos com muita naturalidade a apresentação das candidaturas, achamos que qualquer instituição que tenha assento
183 aqui no Conselho estaria habilitada para exercer essa função da Presidência, mas achamos que pela sua condição, pela suas
184 responsabilidades, pelo processo de afirmação efetiva desse novo contexto do setor ambiental, seria interessante que a
185 Secretaria mantivesse a sua condição a frente da Presidência do Conselho nesse período para que nós conseguíssemos
186 consolidar efetivamente esse processo. Encerramos dizendo que é claro que o Conselho pode, em situações controversas
187 nós tivemos, e provavelmente o Conselho terá outras situações controversas, resolver tudo por votação. Mas essa não tem
188 sido a instância prioritária, esse não tem sido o método prioritário de Resolução de visões diferentes aqui dentro. Isso, sem
189 dúvida, tem dado muito maior legitimidade ao Conselho, maior peso político ao Conselho e tem-nos possibilitado a avançar
190 mais, e aí localizaria, além desse aspecto específico, uma responsabilidade que está muito vinculada às Câmaras Técnicas, e
191 onde, em qualquer situação, os órgãos do Governo têm que dar a base para que as Câmaras possam funcionar e possam ter
192 produtividade, que é uma tarefa que acho que tem que encerrá-la nesse próximo período, até o final deste atual Governo,
193 que é a regulamentação do Código Estadual de Meio Ambiente. E já identificamos quais são os pontos em que a
194 regulamentação é necessária, e muitos desses pontos são extremamente controversos, e eles vão exigir não-só um diálogo
195 efetivo entre os membros do Conselho, mas vão exigir que as Câmaras Técnicas do Conselho chamem todos os seguimentos
196 envolvidos com os temas específicos que vão estar sendo regulamentados, e se constituam num espaço que abrigue esse
197 conjunto de diferentes visões para fazer com que as funções normativas que são de competência desse Conselho possam ter
198 mais efetividade de implementação e ser resultado de um processo real de negociação entre os diferentes grupos sociais.
199 Então, há um processo que é importante, que se resolve no nosso âmbito mesmo, das nossas instituições, mas há todo um
200 processo de relação do Conselho com a sociedade que é importante identificar como um desafio a ser vencido, e por isso
201 estamos aqui apresentando esta indicação que a Secretaria fique a frente da Presidência do Conselho para o próximo
202 período. **Sr. Flávio Lewgoy:** prezados Colegas de Conselho. Quero, antes de mais nada, endossar as afirmativas do Lauro
203 sobre o Langone. O Langone poderia estar no movimento ambientalista, poderia até, se não fosse Secretário, candidato do
204 movimento ambiental. Quero dizer, nada contra, muito pelo contrário. Não se trata de elogio banal, elogio barato. Estamos
205 colocando uma situação de fato que existe aqui, que por melhor que seja a atuação do Secretário, que seria até uma espécie
206 de endosso da sua candidatura, ela conflitua basicamente, até juridicamente, com os propósitos de eleger um Presidente do
207 Conselho Estadual do Meio Ambiente. E o que faz o Conselho Estadual do Meio Ambiente? Basicamente, ele tem uma
208 função fiscalizadora do cumprimento das leis que regem o meio ambiente no Rio Grande do Sul, é uma função
209 fiscalizadora. O Secretário é um gestor. Como é que o gestor pode, ao mesmo tempo, ser gestor, quer dizer, o executor das
210 ações ambientais, como o Secretário da Saúde ele dirige os programas de execução da saúde, de proteção e também de
211 cumprimento das leis que regem o SUS e ser, ao mesmo tempo, o Presidente do órgão fiscalizadora. Essa era uma anomalia
212 que existia, e que o Conselho Estadual de Saúde, por meio da atuação de abnegados representantes, que eu conheci, alguns
213 deles, e que ainda estão lá, e outros já são falecidos, consegui finalmente eleger o seu Presidente, entre os Conselheiros,
214 excluindo, não por ser a pessoa que é, ocasionalmente, mas por ser o Secretário, o gestor como Presidente que ele era até
215 então. E não estou opondo a minha candidatura, a candidatura da pessoa do Secretário, que é, como eu disse, um indivíduo
216 elogiável, um indivíduo idôneo, capaz, e estou dizendo isso sem nenhum constrangimento, mas ele é o Secretário, o gestor.
217 E ninguém pode, or melhor que seja, fiscalizar-se a si próprio. E isso é quase uma aberração. Reconheço que o Conselho
218 tem muitas coisa que precisam ser implantadas. O Conselho não tem ainda uma infra-estrutura como atingiu o Conselho
219 Estadual de Saúde, que é invejável atualmente, e fui membro por duas ocasiões da Mesa Diretora do Conselho e assisti a
220 construção do Conselho Estadual de Saúde até chegar a essa coisa maravilhosa que ele é hoje, com as deficiências no SUS,
221 sem ele seria uma coisa inconcebível hoje o SUS no Rio Grande do Sul, porque cada Conselheiro é um batalhador, e nunca
222 há falta de *quorum* no Conselho Estadual de Saúde. E é uma coisa admirável. E o que não podemos dizer do nosso querido
223 Conselho aqui. Então, o propósito da minha candidatura é tentar começar a mudar esse estado de coisas. Em primeiro lugar,
224 sanar essa irregularidade, que é um Secretário ser Presidente de um órgão que fiscaliza a Secretaria. E em segundo lugar,
225 começar a construir a infra-estrutura do Conselho, começar também a propor modificações na lei que rege o Conselho,
226 como o Cláudio Langone falou. E esta é a tarefa que esta candidatura se propõe a fazer. Obrigado. **Sr. Gustavo de Moraes**
227 **Trindade:** passada a etapa da fala dos candidatos, a gente dá abertura ao processo efetivo de votação. A proposição da
228 Comissão Eleitoral é que só todos que estejam até esse momento presentes possam votar, sendo chamado então, de acordo
229 com a lista das entidades, e nós temos vinte e cinco entidades presentes no *quorum* de trinta entidades. Chamáremos,
230 entidade por entidade, e a Comissão Eleitoral rubrica a cédula, passa para o Conselheiro, e a urna está atrás daquele painel.
231 **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Secretaria da Saúde (Sr. Salzano Barreto vota); **Sr. Alexandre Bugin:**
232 Representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Sr. Leonardo Beroldt vota); **Sr. Alexandre Bugin:**
233 Representante da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (Sr. Eberson José Thimmig Silveira vota); **Sr. Alexandre**
234 **Bugin:** Representante da Secretaria de Educação (Sra. Mara Sasso vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da
235 Secretaria da Cultura (Sra. Maria Luíza Pires vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Secretaria de Ciência e
236 Tecnologia (Sr. Carlos Emílio Schwanke vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Secretaria de Obras Públicas e

237 Saneamento (Sr. Antenor Pacheco Netto vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Secretaria de Coordenação e
238 Planejamento (Sra. Vanessa Marx vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Secretaria de Justiça e Segurança (Sr.
239 Carlos Vieira Nogueira vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Comissão de Luta pela Efetivação do Parque
240 Estadual de Itapuã-CLEPEI (Sra. Maria de Fátima Maciel dos Santos vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da
241 AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Sr. Flávio Lewgoy vota); **Sr. Alexandre Bugin:**
242 Representante do Movimento Roessler (Sr. Arno Leandro Kayser vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante do Núcleo
243 Amigos da Terra/Brasil (Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante do Centro
244 de Estudos Ambientais- CEA (Sr. Luiz Rampazzo vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Instituição Universidade
245 Privada (Sr. Mário Buede Teixeira vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante do DEFAP – Departamento de Floresta e
246 Áreas Protegidas (Sr. Luiz Felipe Kunz Junior vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante do SINDIÁGUA (Sr. David
247 Edison Maciel Barros vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul-
248 FETAG (Sr. Anselmo Piovesan vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio
249 Grande do Sul- FIERGS (Sr. Victor Hugo de Lazzer vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da Federação da
250 Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul- FARSUL (Sr. José Lauro de Quadros vota); **Sr. Alexandre Bugin:**
251 Representante da Sociedade de Engenharia (Sr. Fernando Petersen Júnior vota); **Sr. Alexandre Bugin:** Representante da
252 Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul- FAMURS (Sr. Jackson Müller vota); **Sr. Alexandre**
253 **Bugin:** Representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Sr. Alexandre Bugin vota); **Sr. Alexandre Bugin:**
254 Representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental-FEPAM (Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva vota); **Sr. Alexandre**
255 **Bugin:** Representante da SEMA (Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone vota). **Sr. Alexandre Bugin:** Encerrada a votação.
256 **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** temos vinte e cinco votantes, e a Comissão Eleitoral vai recolher a urna e proceder a
257 apuração. (É feita a apuração dos votos). Enquanto isso o Presidente da FEPAM, Nilvo, quer dar um relato. **Sr. Nilvo Luiz**
258 **Alves da Silva:** só um rápido informe que é esta a última reunião do Conselho que se realiza aqui no auditório. A próxima
259 reunião vai-se realizar já na sede nova do Conselho e nós vamos chamar de “Sala Verde”, que é um auditório menor, com
260 mais conforto para as reuniões e com uma estrutura mínima de trabalho. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** realizada a
261 apuração dos votos, a Comissão Eleitoral declara o Secretário Cláudio Langone Presidente eleito do CONSEMA, com 19
262 (dezenove) votos e o Prof. Flávio Lewgoy obteve 6 (seis) votos. Considera-se encerrado o trabalho da Comissão Eleitoral,
263 devendo ser publicada uma Resolução informando o resultado desta votação. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** o Secretário
264 me informa que o Amigos da Terra está redigindo uma Moção de Apoio à Fundação para que ela tenha suficiente para
265 avaliar o Projeto Jacuí I. A Mesa pede aos senhores Conselheiros que permaneçam no Plenário para que se possa apreciar a
266 proposição do Amigos da Terra. A Mesa consulta os candidatos, se há o desejo de fazer alguma manifestação pública, já
267 sabedores do resultado da eleição. **Sr. Flávio Lewgoy:** acabo de cumprimentar o Secretário pela vitória, e pouco tenho a
268 acrescentar sobre isso. Apenas para dizer que, evidentemente nós, como Conselheiros, temos um trabalho fazendo, dando
269 todo o apoio que este Conselho precisa e é claro, o seu Presidente, lembrando que o Plenário é soberano e que são
270 necessárias alterações na lei que cria o Conselho e no Regimento Interno do Conselho e isso o Presidente pretende fazer, e
271 nós vamos auxiliá-lo. Obrigado. (Palmas). **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone:** só quero registrar o agradecimento a
272 todos que participaram do processo. Acho que esse processo é importante e que se complementa aqueles seminários de
273 avaliação que temos feito periodicamente, principalmente aqueles dois que foram feitos lá no Jardim Botânico, e acho que
274 nós devemos ter um novo processo desse tipo para o próximo período. Se nós quisermos cumprir este conjunto de pautas
275 que foram aqui colocadas, só aquilo que foi elencado no nosso seminário passado, mais as questões conjunturais, o
276 Conselho provavelmente terá de se reunir mais de uma vez por mês, como estamos nos reunindo hoje. E acho importante
277 que nós tenhamos clara a responsabilidade de todos sobre isso, porque temos questões a serem enfrentadas, que se o
278 Conselho não delibera, há assuntos que páram, porque não se pode delegar a outra instância funções que são
279 especificamente do Conselho, principalmente as normativas, e quero reiterar aqui a nossa opinião. As mudanças de
280 Regimento que independiam de mudança da lei foram feitas, todas, salvo se isso surgir como questão nova. E o que nós que
281 discutir agora, e isso deveria partir de um grande acordo entre nós, são aquelas mudanças da estrutura do Conselho e do
282 Regimento que requerem notificação da lei na Assembléia Legislativa. E para isso é muito importante que nós façamos um
283 acordo prévio, façamos uma boa apreciação para evitar o processo que o CONAMA teve, que foi um processo que durou
284 quase dois anos de discussão, e foi aprovada a nova estrutura do CONAMA e está repousando há nove meses, sem
285 publicação, em função de que a Casa Civil da Presidência da República considera que não ficou a contento o processo que
286 o CONAMA fez e que envolveu dezenas de reuniões, muitas negociações, muitas discussões. E pelo volume de tarefa que
287 nós temos, não poderíamos tomar muito tempo do Conselho numa discussão como essa, principalmente no que diz respeito
288 a recomposição, pois na recomposição temos um velho problema que cercou o problema que é: ninguém quer sair e todo
289 mundo quer entrar. E para isso se precisa conversar muito, para se chegar a um grau de acordo significativo, em função de
290 que uma coisa mal resolvida no Conselho vai acabar sendo objeto de pressão na Assembléia Legislativa e nós poderíamos
291 ter que caracterizado um trabalho, uma discussão que, no nosso entendimento, deve-se processar no âmbito interno do
292 Conselho e aí temos que, todos juntos, pedir à Assembléia Legislativa que respeite soberanamente a opinião do próprio
293 Conselho. E acho que nós deveríamos discutir, dentro deste contexto, se não seria necessário uma espécie de Mesa Diretora,
294 e falava isso ao Prof. Flávio. Além das Câmaras Técnicas, da Presidência e da Secretaria Executiva, que têm
295 responsabilidades específicas, nós temos, por exemplo, no caso do Comitê de Porto Alegre, um Comitê Executivo que se

296 chama, que são três instituições que se reúnem, antes de cada reunião ordinária e extraordinária, discutem a pauta, tomam
297 decisões que porventura precisam ser tomadas entre uma reunião e outra. Acho que nós poderíamos discutir um processo
298 desse, que permitisse um maior grau de acompanhamento das instituições representadas no processo, entre uma reunião e
299 outra, um maior acompanhamento da Direção do Conselho, da Mesa Diretora, se há o funcionamento das Câmaras
300 Técnicas, pois se as Câmaras não funcionarem a nossa tendência é não ter alimentação de pauta para seguir adiante, e talvez
301 isso não precisaria ser objeto de uma lei na Assembléia Legislativa, e talvez isso pudesse ser discutido nesse contexto, mas
302 antecipado para criar um mecanismo mais ágil para que a gente pudesse fluir melhor. E quando não decidimos as pautas
303 aqui, submetendo a todo o Conselho, e qualquer instituição requer um ponto de pauta. Em geral, nunca um ponto deixou de
304 ser incluído. O problema é que muitas vezes podemos ter uma demanda de pauta maior que a capacidade de discussão e a
305 periodicidade efetiva do Conselho, acho que é essa uma questão muito relevante. Quero reiterar aqui o compromisso nosso
306 em fazer com que de fato o Conselho cumpra o seu papel, que é um papel de fiscalização das ações do Governo, mas é um
307 papel normativo. E vários assuntos aqui, como habilitação dos municípios, como regramento de padrões de emissão, e todos
308 esses temas que temos tratado, eles não podem ser assumidos por outras instâncias. E se eles não forem deliberados pelo
309 Conselho o assunto pára, ou seja, isso é uma responsabilidade indelegável do Conselho. E ele junta essas duas
310 características, e tenho certeza que o Prof. Flávio quando fala em fiscalização do Governo também fala nisso, que é definir
311 quais são os padrões que deve o Governo praticar na avaliação de empreendimentos, no desempenho ambiental das
312 atividades, enfim, essa é uma questão muito importante, e obviamente nós deveremos ter todo um esforço conjunto nosso
313 para viabilizar isso, destacadamente esses três pontos, que são prioritários. Discutir, enviar preferencialmente esse ano, em
314 tempo hábil, à Assembléia Legislativa, as modificações que sejam julgadas necessárias, e o mérito vamos ter que discutir
315 aqui. E estando elencados os pontos, definir melhor as prioridades de regulamentação do Código, porque a regulamentação
316 do Código não é só trazer o assunto aqui. Regulamentação do Código, antes do assunto vir para cá, ele tem que ser
317 precedido de um trabalho intenso nas Câmaras Técnicas, para que ele venha aqui devidamente maturado. E antes de chegar
318 um assunto de regulamentação, ele precisa ter toda uma sustentação anterior e a produção de debates. E essas questões que
319 requerem um papel do Conselho, que é indelegável, principalmente no que diz respeito a efetivação do processo que nós
320 abrimos na questão da descentralização do licenciamento ambiental. Nós temos hoje, na pauta do Conselho, diferentes
321 graus de avanço, mas temos sessenta processos de habilitação de municípios a serem avaliados por este Conselho. E mesmo
322 que eles sejam processados com qualidade pelas Câmaras Técnicas eles vão requerer, do Conselho, uma dinâmica maior, e
323 portanto são esses três grandes desafios que nós identificamos para o próximo período, e obviamente nós precisamos ter
324 aqui, sempre que necessário, como nós fizemos nesses dois anos e meio, um espaço aberto para que o Conselho se auto-
325 avalie e introduza todas as correções necessárias para que ele possa ter efetividade no seu funcionamento. As estruturais,
326 nós achamos que avançou, e tem mais para avançar. E depois da reunião podemos visitar aqui a nova estrutura do Conselho,
327 compromisso que nós assumimos, de criar um local mais adequado que abrigue reuniões das Câmaras, que abrigue o
328 escritório de trabalho para que os Conselheiros possam ter um computador à disposição, xérox à disposição, enfim, e que
329 abrigue um espaço mais adequado para as nossas reuniões, isso está feito, será inaugurado no próximo período se o
330 executor da obra nos permitir, poderemos ir visitar antes da inauguração oficial. Era isso. Quero reiterar aqui o nosso
331 compromisso de fazer com que o Conselho ocupe o seu espaço devido, que é um espaço diferenciado do espaço do
332 Governo e principalmente do espaço da Secretaria, e ele assim deve continuar e deve-se fortalecer. (Palmas.). **Sr. Nilvo**
333 **Luiz Alves da Silva:** antes de passar a palavra ao Amigos da Terra, para a proposição da Moção, só relatar aos senhores
334 que o auditório vai ser inaugurado no dia 04 de junho que é o Dia de Aniversário da Fundação, que completa 11 anos, e
335 estaremos inaugurando o auditório dentro da Semana de Meio Ambiente. Informar ainda que no dia 06 de junho vamos
336 estar colocando ao público, ela já está em apuração há algum tempo, sendo calibrada, a rede de monitoramento da
337 qualidade do ar, em tempo real, automático do Pró-Guaíba, cujo um dos mentores é o Conselheiro Pacheco, que está aqui,
338 depois de um trabalho de dois anos intensos de retirada de material do porto, e colocado em operação, reparação,
339 finalmente a rede toda entra em operação, em fase experimental, mas entra em operação agora no dia 06 de junho. E isso
340 faz parte da programação da Semana de Meio Ambiente, e os senhores vão receber toda a programação. **Sra. Kathia**
341 **Maria Vasconcellos Monteiro:** a gente está acompanhando o licenciamento de Jacuí, e em razão da política energética,
342 há uma pressão muito forte, não-só dos setores lá daquela região, do setor de mineração, da indústria de geração de energia,
343 mas como a gente vê toda uma mobilização da mídia, de forma geral, mas no sentido de que o Brasil volte a usar o carvão
344 como opção de energia elétrica. A gente está bastante preocupada com isso, e nós entendemos que o mínimo que temos
345 garantir é que o corpo técnico da FEPAM tenha um tempo suficiente para fazer análise dos estudos apresentados. A nossa
346 proposta não é de tirar uma posição contra ou a favor de Jacuí. Não é isso. Mas sim uma Moção para que os técnicos da
347 FEPAM consigam analisar, com a devida calma, toda a série de documentos que eles têm, e que continuam recebendo da
348 GERASUL. Nós fizemos aqui, rapidamente, um texto bem curto: “O CONSEMA manifesta seu apoio ao grupo de
349 licenciamento ambiental da Usina Termelétrica de Jacuí. E salienta a importância que os mesmos tenham o tempo
350 necessária para análises técnicas, visando a garantia da qualidade de vida da população diretamente atingida”. É só isso. **Sr.**
351 **Gustavo de Moraes Trindade:** conselheira Kathia e demais Conselheiros. Mesmo não sendo um Conselheiro, gostaria de
352 fazer uma proposição, que no final da semana passada saiu uma Medida Provisória que determina o prazo máximo de
353 licenciamento para empreendimentos que envolvam energia. Então, delimitando o prazo de análise de seis meses para
354 hidrelétricas pelos órgãos ambientais e para gasodutos e oleodutos o prazo é quatro meses. **Sra. Kathia Maria**

355 **Vasconcellos Monteiro:** para termelétrica, seja a carvão, gás ou qualquer outra, são quatro meses, todo o processo de
356 licenciamento. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** e isso envolve, na maioria das vezes, audiências públicas devido ao
357 EIA/RIMA. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** isso contraria o Código Estadual de Meio Ambiente. **Sr. Gustavo de Moraes**
358 **Trindade:** sugeriria que fosse incorporado nessa Moção um repúdio a essa Medida Provisória, por completo, que restringe
359 os trabalhos dos órgãos ambientais e os culpa quase de uma crise energética, que na realidade, tem a ver da inação do
360 Governo Federal em fazer obras e atentar para a questão energética do País. **Sr. José Lauro de Quadros:** em primeiro
361 lugar, não entro no mérito pela proposição da Conselheira Kathia com o adendo do Dr. Gustavo. Mas, num primeiro
362 momento, considero que as nossas reuniões do CONSEMA devem seguir seu ritual estatutário. Nós temos, na reunião de
363 hoje, eleição do Presidente. E não tendo item Assuntos gerais, portanto, considero que a nossa reunião está vencida no
364 momento que se deu posse ao Presidente. Sobre este aspecto de uma Moção, que se for acolhida pelo Plenário, que se
365 debata a Moção, a nossa posição é que se existem prazos estipulados, e esses prazos não são suficientes, nós então
366 venhamos a batalhar para alongar os prazos. Sempre fui a favor de que o órgão público, seja ele de que nível for, federal,
367 estadual ou municipal, e de que área de atuação seja, está aí para facilitar as atividades produtivas, as atividades que geram
368 emprego, as atividades que formam o desenvolvimento do País. E tem que haver um regramento que diga como é que essa
369 coisa tem que funcionar. Se existe uma MP que regulamenta prazo, o que temos que falar é no prazo. E se não está definido
370 o tempo em lei, a FEPAM tem que ter a sua autonomia, e a FEPAM é um órgão respeitado no Rio Grande do Sul, de poder
371 fazer as coisas dentro da sua necessidade de tempo. Se o Dr. Gustavo diz que agora foi promulgada mais uma famigerada
372 MP, o País das MPs, e não sei para que Congresso, se se governa por MP nesse País. Mas mais uma MP, e esse prazo de
373 quatro meses, realmente, em assuntos de alta transcendência, como usinas termelétricas a carvão, que envolvem estudos
374 profundos e vamos, quem sabe, colocar numa Ordem do Dia de uma reunião extraordinária e vamos aprofundar que o
375 tempo é necessário. Se são seis meses, se é um ano, a crise energética é um fator que está aí na nossa cabeça, mas não
376 podemos sair da crise energética, resolvendo o problema, criando uma poluição que vai-nos causar problema ali adiante. E
377 temos que resolver problemas sem criar outros. E a minha posição é que nós venhamos a estudar em cima de uma MP que
378 atende o que a Dra. Kathia quer, que não é pressionar os técnicos da FEPAM, e se fosse só isso, seria contra porque a
379 FEPAM tem a sua idoneidade e a sua credibilidade, mas então trabalhar em cima da MP. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:**
380 um esclarecimento. Os prazos de licenciamento no Rio Grande do Sul são definidos no Código Estadual de Meio Ambiente.
381 E é de seis meses para atividades onde não haja necessidade de estudo de impacto ambiental e de um ano para aqueles que
382 tenham o EIA-RIMA e este prazo é exclusivamente relativo ao prazo de análise da FEPAM, e disso é descontado todo o
383 tempo que o empreendedor leva para fazer os estudos do EIA-RIMA e estudos complementares. Então, esses prazos do
384 Código, que foram aprovados na Assembléia Legislativa, foram alterados por Medida Provisória no Governo Federal. Há
385 prazos legais, mas no Rio Grande do Sul, na maior parte dos casos obedecidos pela FEPAM, é difícil um processo de
386 licenciamento em que a FEPAM, por seu tempo de análise, leve mais de um ano, é muito difícil. Há processo de
387 licenciamento que são dois, dois anos e meio, mas por outros empecilhos que não o tempo que a FEPAM tem de análise.
388 No caso da Jacuí I, só para destacar, temos um ano e oito meses de tramitação, doze meses tempo levado pela GERASUL
389 para produzir os estudos demandados pela FEPAM e seis meses na FEPAM, descontados aí todos os prazos legais. Como
390 esclarecimento, há prazo legal no Rio Grande do Sul e o Governo Federal, em todo o País, uniformizou por meio de uma
391 Medida Provisória. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** esta questão da pressão que está vindo contra os técnicos,
392 é uma coisa muito séria. Imagino como não deva ser difícil para essas pessoas trabalharem quando abrem o jornal, e o
393 jornal está irresponsavelmente acusando esse corpo técnico de estar sentado em cima do projeto. E Jacuí tem potencial tão
394 grande de poluição que se ele for licenciado de uma forma inconseqüente, ele pode inviabilizar qualquer outro
395 empreendimento na região metropolitana de Porto Alegre. Quer dizer, é uma indústria, e em razão desta indústria de
396 geração de energia inviabilizar qualquer outras indústrias menores com potencial de poluição menor e geração de emprego
397 maior. Então, concordo com o Conselheiro Lauro, que o assunto não estava em pauta, mas acho que é um voto de confiança
398 que os técnicos da FEPAM merecem, nesses anos todos que a gente vem acompanhando o corpo técnico, que muitas vezes,
399 no nosso caso de ambientalistas, eles não pensam como nós, e muitas vezes a gente critica, mas a gente entende que nesse
400 momento, é um momento de pelo menos algum setor eles receberem o apoio. É essa a minha preocupação, Dr. Lauro. Que
401 eles vejam que nós aqui do CONSEMA, que somos as pessoas em última instância preocupadas com as questões
402 ambientais, que nós entendemos que eles vão demorar um, dois, três meses, mas que a análise que eles vão fazer é uma
403 análise correta e criteriosa, e não para pararem de ouvir e de lerem essas acusações irresponsáveis, que praticamente todo
404 dia está-se ouvindo, lendo, na nossa imprensa. Seria nesse sentido. **Sr. José Lauro de Quadros:** Conselheira Kathia,
405 desculpe-me discordar, e estamos aqui com a maior transparência e a maior franqueza. Já fui homem público, de muitas
406 vezes tomar decisões polêmicas, mas sempre embasado na técnica e acho que a FEPAM, pela sua tradição, ela tem a sua
407 imagem consolidada no Estado, e na hora que ela precisasse de uma Moção de apoio do CONSEMA, coloco-me como se
408 eu fosse um técnico das FEPAM, vejo-me enfraquecido, que eu tenho que buscar um apoio político. Acho que a FEPAM
409 não precisa desse apoio. E esse apoio do CONSEMA seria considerar que a FEPAM está enfraquecida pela pressão da
410 mídia. E não vejo a FEPAM enfraquecida porque ela tem o seu conceito na sociedade rio-grandense, e é nesse sentido que
411 eu vejo. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a Mesa gostaria de dar um esclarecimento e informá-los do seguinte: como todos
412 aqui podem imaginar, a crise do setor elétrico traz pressão sim sobre todos os órgãos ambientais do País. A tentativa de
413 reduzir os prazos de licenciamento, em nosso entendimento, é absolutamente equivocado, o problema do setor elétrico não

414 está aí, e temos dito isso publicamente. O problema do tempo de tramitação de licenciamento não é do órgão ambienta. O
415 que tem que acontecer é o setor elétrico incorporar a questão ambiental com um valor importante, e isso que não está
416 acontecendo. Então, o setor elétrico se planeja, a ANEEL autoriza empreendimentos cuja a viabilidade não é estudada, e
417 atira para os órgãos ambientais fazer a análise de viabilidade do que é possível fazer e do que não é. E achamos que o setor
418 elétrico tem que assumir mais responsabilidade na área de meio ambiente, incorporar a questão ambiental no seu
419 planejamento, e nós estamos fazendo isso na FEPAM como uma experiência-piloto na Bacia do Taquari-Antas, e nós
420 estamos olhando para a Bacia como um todo, para nos dizer o que é viável, o que não é na Bacia, e de fato não há estudo
421 ambiental para o que acontece hoje com o setor elétrico. Essa é a nossa opinião. Com relação a Jacuí I, ontem participamos
422 pela manhã de uma audiência pública promovida pela Assembléia Legislativa, tínhamos cerca de dez deputados na
423 audiência, e praticamente toda a comunidade de Vereadores e Prefeitos da região carbonífera, onde dissemos o seguinte: o
424 principal problema da Jacuí I até hoje foi a pressa. Foi a tentativa de atalho e a tentativa de passar por cima da legislação
425 ambiental, que já existia quando iniciou-se esse empreendimento. E não foram os órgãos de meio ambiente. E são três
426 questões que preocupam a FEPAM fundamentalmente hoje em relação a Jacuí I, dizendo que nós temos interesse em fazer a
427 discussão e achamos que a discussão sobre o uso do carvão no Estado é uma discussão importante, pois o Rio Grande do
428 Sul tem as maiores jazidas do País. Deve haver uma discussão pública, qualificada, e as coisas não devem ser feitas de
429 atropelo. Com relação a Jacuí I manifestamos publicamente o seguinte: a FEPAM não emite nenhum parecer em relação a
430 Jacuí em menos de sessenta dias. E nós vamos voltar a conversar com a Assembléia Legislativa se isso não for possível. A
431 nossa intenção é de resolver o caso Jacuí I por uma definição para essa situação que se arrasta há vinte anos no Estado.
432 Achamos que esta decisão não deve ser tomada com pressa, ela deve ser exatamente tomada com toda a cautela. E nós
433 temo-nos manifestado sistematicamente que vemos com preocupação uma térmica a gás dentro da região metropolitana de
434 Porto Alegre, e três questões são as questões que a FEPAM concentra hoje a sua atenção. A primeira questão é tecnológica.
435 Nós temos já propostas de outras térmicas no Estado do Rio Grande do Sul com desempenho ambiental muito superior ao
436 proposto pela Jacuí I. E temos que ver isso, definitivamente. E temos a questão da mineração. E temos a declaração
437 explícita da empresa de que vai utilizar o carvão gaúcho. No entanto, não está descrito, detalhado de onde é este carvão,
438 onde está a licença ambiental da mineração, se há quantidade suficiente de abastecimento. Essa é uma questão que está
439 sendo discutida inclusive pelos próprios mineradores da região, pois uma vez construída a térmica, ela pode funcionar com
440 qualquer carvão. E há uma outra questão que nós salientamos, que confesso que não me vem à memória agora, mas é uma
441 terceira questão que é importante, e quando lembrar, passo a vocês. E a Jacuí I sempre esteve limitada pela localização, esse
442 foi sempre o ponto crítico, o calcanhar-de-aquiles de usar uma térmica e, tecnologicamente, as propostas sempre foram
443 ruins, nós reconhecemos uma melhoria na proposta de desempenho, na proposta apresentada, mas achamos que há muitas
444 questões a serem esclarecidas. E isso numa audiência pública, ontem pela manhã, dentro do pátio da obra paralisada das
445 Jacuí I. E essa é a posição que a FEPAM tem manifestado publicamente. De resto, quanto a questão de limitar prazos de
446 licenciamento achamos que não é aí o problema, e achamos que isso é uma tentativa de jogar a culpa pelo atraso das obras
447 do setor elétrico em cima dos órgãos ambientais, o que achamos completamente injusto. E o que tem que acontecer é dos
448 órgãos do setor elétrico incorporar a variável ambiental. A partir disso, o licenciamento vai-se tornar muito mais fácil, se a
449 questão ambiental estiver incorporada na origem. E só gostaria de fazer essa manifestação, pois temos participado
450 sistematicamente dos debates públicos sobre a Jacuí I e efetivamente há, como seria natural esperar, uma pressão grande
451 para que todos os órgãos ambientais do País, não-só a FEPAM. E por isso concordo com o Gustavo, acho que a Medida
452 Provisória é uma tentativa equivocada, não resolve o problema, e tenta jogar a culpa em que não a tem. **Sr. Cláudio**
453 **Roberto Bertoldo Langone:** um informativo. Nós tomamos a iniciativa há um ano atrás de procurar o Ministério do Meio
454 Ambiente e dizer o seguinte: a crise energética está-se avizinando, e há uma tendência forte de que se tente colocar o setor
455 ambiental como o bode-expiatório da crise. Então, estamos propondo ao Ministério o seguinte: que o setor ambiental, em
456 nível nacional, e fui falar isso em nome da ABEMA, chamasse o setor energético, ANEEL, Ministério das Minas e Energia,
457 para tentar fazer uma discussão mais macro sobre a situação e tentar antecipar algumas questões que poderiam enfrentar a
458 crise e que isso não viesse a possibilitar que empreendimentos que estão há muitos anos envolvidos em polêmicas enormes
459 acabassem passando de roldão nesse processo em função da dinâmica do “apagão”. Houve uma boa aceitação de parte do
460 Ministério sobre isso, e não foi com o Ministro Sarney que pessoalmente eu falei, e o Ministro Sarney entendeu o inverso. E
461 foi a reunião ministerial que tratou do assunto e ao invés de fazer um movimento para tirar o setor ambiental da condição de
462 vilão, propôs a Medida Provisória abreviando os prazos de licenciamento e transformando o setor ambiental em vilão, sem
463 discutir com nenhum Estado, nem com a ABEMA, que tomou a iniciativa e se colocou como interlocutor do Ministério
464 nesse sentido. E dou essa informação porque amanhã haverá uma reunião da Diretoria da ABEMA em Joinville, com a
465 Câmara do CONAMA que trata do assunto energia, e nós vamos colocar para o Ministério. Que o Ministério fez
466 exatamente o contrário do que estava sendo proposto. E mais ainda, não estou disposto a cumprir a Medida Provisória,
467 porque acho que o Governo Federal não pode fazer isso, obrigar prazos de licenciamento para os órgãos estaduais. E 80%
468 das licenças de empreendimentos que geram energia no País estão no âmbito dos órgãos estaduais, sem fazer essa discussão
469 antes com os órgãos estaduais. E amanhã na reunião como Secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio
470 Ambiente, e com a Câmara do CONAMA nós vamos dizer isso. E não estou determinado, e vou defender isso junto aos
471 meus Colegas da ABEMA, a cumprir a Medida Provisória desse jeito, porque o sentido era exatamente outro, e nós
472 precisamos lembrar aqui que o problema da crise dos reservatórios não é só um problema da falta de chuvas. E é um

473 problema de gestão da água que nós tínhamos nos reservatórios de manejo. E a Secretária Dilma falou muito bem isso aqui
474 na última reunião do Conselho. Queria dar essa informação, que ela é conjuntural e muito importante, e dizer a vocês que
475 nós temos uma opinião absolutamente crítica sobre esta Medida Provisória. E é uma tentativa de transferência de uma
476 responsabilidade que não é responsabilidade do setor ambiental. Como discutimos na reunião anterior, a única instância de
477 controle público hoje sobre o setor energético é o licenciamento ambiental nesse quadro do País, e não há um marco de
478 planejamento, uma relação. E há coisas importantes acontecendo, e nós estamos discutindo, vamos fazer um convênio com
479 a ANEEL para tentar aperfeiçoar esse processo, criar mecanismos de intercâmbio técnico, de qualificação e de troca de
480 experiências entre os órgãos estaduais, IBAMA, enfim, mas não nesse contexto que acaba passando, por intermédio desse
481 grupo coordenado pelo Ministro Pedro Parente, para a opinião pública a idéia de que o setor ambiental tem parte da culpa
482 no processo por conta dos prazos de licenciamento e isso não é verdade, e isso precisa ser explicitamente colocado para a
483 opinião pública no País sob pena de que gente perca a idéia de centralidade do processo. E aí, José Lauro, não estava aqui
484 no Plenário, com o espírito da proposição da Kathia, não estava de fato na Ordem do Dia, e também não vamos tomar
485 muito mais tempo discutindo esse assunto, mas acho que pela situação conjuntural específica e por esse espírito, seria
486 interessante, é legítimo que o Conselho tenha esse tipo de manifestação, e não vemos isso como uma dificuldade ou uma
487 demonstração de enfraquecimento por parte da FEPAM. E temos que dar conhecimento do Conselho de qual é a nossa
488 opinião, como nós temos tratado o assunto. Felizmente, no âmbito do Governo do Estado, tratado junto com o setor
489 energético, mas acho que essa opinião do Conselho dialoga um pouco com essa questão da própria Medida Provisória, que
490 nos pegou a todos, muito de surpresa, e particularmente a mim, que fiz esse processo de conversação como Ministro
491 Sarney, esperava que ele fizesse justamente o inverso do que fez, e muito contrariado pelo que aconteceu, e vou amanhã
492 oficializar isso na reunião de Joinville. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** destacar para os senhores uma questão que envolve
493 a questão dos prazos. Diria que do setor elétrico, nenhum dos projetos que foram licenciados pela FEPAM nos últimos
494 tempos saíram como entraram. E o tempo de análise, o tempo de negociação, o tempo de discussão foi fundamental. Todos
495 os projetos foram alterados, sistematicamente, todos os projetos do setor elétrico foram qualificados pelo processo de
496 licenciamento ambiental. Portanto, essa pressa não resolve o problema do setor elétrico, e pode trazer prejuízos à qualidade
497 do licenciamento. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** gostaria de destacar uma questão. Como funcionário da FEPAM, fico
498 agraciado com a manifestação por parte da Conselheira Kathia, pois eu sei, na qualidade de técnico da FEPAM, a
499 importância do trabalho dos técnicos da Fundação. E também fico agraciado com o Presidente da FEPAM reconhecendo o
500 papel social, publicamente, que a FEPAM desempenha em prol da economia e do desenvolvimento do Estado do Rio
501 Grande do Sul. Gostaria de destacar que às vezes as visões menores da sociedade, por exemplo, nessa questão da discussão
502 de um projeto como Jacuí I, do qual o empreendimento é visto como o elo do desenvolvimento por si só, e esquecem as
503 conseqüências desse próprio empreendimento e outras possibilidades de desenvolvimento. Por exemplo: setores como a Del
504 Computers está entrando aqui em Alvorada. São setores da indústria que além de agregarem muito à economia,
505 necessariamente não podem conviver com poluição. Lembro de épocas passadas, onde a gente inclusive discutia com o
506 próprio setor energético, Jacuí I, que quando os empresários da Mercedes vieram aqui, para dentro da própria FEPAM,
507 levantar dados de qualidade, pois para esses empresários, importava muito sim a qualidade ambiental, porque ela é
508 fundamental para a qualidade do seu produto. Só gostaria de pegar um gancho no que a Kathia colocou, para colocar que
509 também qualidade ambiental, além de qualidade de vida, hoje, mais do que nunca, é fator de desenvolvimento. **Sr. José
510 Lauro de Quadros:** Conselheira Kathia, a sua tese em si considero que nós, Conselho, estaríamos considerando a FEPAM
511 enfraquecida, sujeita a pressões e correr o risco de administrar sobre pressões. E consulto à Conselheira Kathia de mudar o
512 enfoque da sua proposição, e dentro dos esclarecimentos que o Dr. Gustavo e que o Secretário Langone trouxeram, que essa
513 Moção fosse transformada, de que a preocupação do Conselho Estadual de Meio Ambiente de que a crise energética venha
514 a ser debitada à demora nos licenciamentos ambientais, nas análises dos projetos de licenciamentos de obras que venham a
515 mininizar o problema, e a preocupação também do Conselho do Meio Ambiente de que uma MP promulgada em tal data
516 venha a se sobrepor a uma legislação estadual que vem sendo cumprida dentro da regulamentação do licenciamento
517 ambiental no Rio Grande do Sul, quer dizer, nós transformarmos isso. Ao invés de uma Moção de Solidariedade, que
518 pareceria então que o Conselho está achando a FEPAM enfraquecida, que seja uma Moção de rebeldia. Quer dizer, que o
519 Conselho não aceita que a MP, já que nós temos um pacto federativo, venha a interferir. E qualquer uma ADIN, uma ação
520 de inconstitucionalidade derruba isso aí, porque há uma lei estadual, o Governo Federal não pode baixar uma MP mudando
521 e passando por cima de uma lei. E, em segundo lugar, que os órgãos ambientais do Rio Grande do Sul não sejam
522 responsabilizados por essa crise, alguma coisa nesse sentido, e consulto. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** só para
523 esclarecimento legal, a Medida Provisória, por mais absurdo que pareça, como referiu a Conselheira, tem força de lei, e por
524 se tratar de uma norma geral, ela incide e tem aplicabilidade, restringindo inclusive o prazo de licenciamento aqui no
525 Estado. E essa Medida Provisória 2147 foi publicada no dia 15 de maio, e foi revogada com a Medida Provisória, já nova,
526 a MP 2148 de 22 de maio. Essa Medida Provisória é tão absurda, que ela diz que no que se refere às questões de energia,
527 não se aplica o Código de Defesa do Consumidor. Então, várias leis que são aplicáveis, e que defendem o consumidor no
528 que se refere à matéria energética, não são aplicáveis, nesse momento, da mesma forma que ela tem incidência, sim, no que
529 se refere aos licenciamentos ambientais, colocando e restringindo bastante aqueles prazos colocados no Código Estadual de
530 Meio Ambiente. **Sr. Eberson José Thimmig Silveira:** não quero colocar nada a respeito da crise de energia, pois a
531 Secretária já fez na reunião passada. Só queria destacar o que eu tenho ouvido no acompanhamento da exposição da crise,

532 pelos órgãos competentes, e não tenho assistido, assim, para discordar um pouco dessa visão que está-se criando, não
533 tenho assistido essa transferência de culpa para o setor de meio ambiente. Obviamente, que todo e qualquer
534 empreendimento do setor elétrico depende do aval do meio ambiente. E concordo com o Secretário quando se deva
535 incorporar mais nos projetos de energia, de qualquer projeto desses demandar um estudo ambiental. E acho que se deva
536 incorporar o estudo ambiental disso aí junto. E temos mantido uma sintonia excelente com a equipe da FEPAM, pelo Nilvo,
537 e a Secretaria do Meio Ambiente, e só gostaria de destacar que não vejo essa transferência de culpa, e nenhum momento o
538 setor elétrico tem debitado. O setor elétrico tem admitido que faltou investimento, tem admitido que usou todos esses
539 recursos aí sem planejar, sem ver, pois há muito tempo especialistas já vêm anunciando a crise, e qualquer pessoa que faça
540 um pouco de projeção de demanda já estava prevendo que haveria essa crise, e acontece que agora nesse gargalo dessa crise
541 toda, todos os investimentos novos que possam a vir a atenuar um pouco a crise, eles ficam no mesmo gargalo do meio
542 ambiente, e o meio ambiente agora está sendo questionado sobre isso. Agora, esse débito de culpa, discordaria, não tenho
543 visto, pois todos os eventos que tenho participado, o setor elétrico não fala na questão do meio ambiente e tem admitido a
544 culpa nessas questões. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** só para esclarecer. Aqui no Rio Grande do Sul estamos trabalhando
545 com um diálogo muito tranqüilo com a Secretaria de Minas e Energia. E tivemos uma série de reportagens na imprensa
546 nacional, na semana passada, com declarações do Presidente da Câmara da Crise, Pedro Parente, e responsabilizando sim os
547 órgãos ambientais e o licenciamento ambiental pelo atraso, tanto na Folha de São Paulo quanto no Jornal Valor. E
548 declarações que procederam e que tentavam justificar o que está colocado na Medida Provisória. E aqui no Rio Grande do
549 Sul o que temos são obras licenciadas há mais de um ano, e onde não há nenhum investimento na geração. O que atrasa de
550 fato, o que tem atrasado aqui no Rio Grande do Sul o setor elétrico, não é o licenciamento, é a falta de investimento dos
551 empreendedores privados, que já têm licença ambiental. E nós temos mais de uma obra com licença ambiental da FEPAM
552 não iniciada, e licença já dada no ano passado. E não é o licenciamento ambiental que atrasa a obra. E fazer o destaque que
553 qualquer órgão ambiental com responsabilidade está olhando com a crise e está preocupado com os prazos, evidentemente.
554 Mas entre isso e concordar com a Medida Provisória há uma distância bastante grande. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** acho que
555 não caberia essa Moção sugerida pelo Amigos da Terra, mas a proposta do Gustavo de colocar junto a Medida Provisória,
556 pois são duas coisas diferentes. Uma coisa é apoiar a equipe técnica, já que ela tem um tempo legal, obviamente, possível
557 para fazer a análise da Jacuí I. E outra coisa, é esta Medida Provisória, e aí sim, uma Moção de Repúdio à Medida
558 Provisória, que vai atrapalhar todos os trabalhos, inclusive dessa equipe que vem trabalhando exclusivamente na Jacuí I. E
559 acho que são duas coisas diferentes, e não dá para colocar na mesma Moção, são excludentes. **Sr. Nilvo Luiz Alves da**
560 **Silva:** a Mesa consulta o Plenário quanto ao encaminhamento. Temos duas propostas separadas: a de uma Moção em apoio
561 à Fundação para que ela tenha prazos suficientes para fazer a análise técnica dos projetos, que é a proposta dos Amigos da
562 Terra. E uma Moção de Repúdio à Medida Provisória, a forma, na verdade, do Governo Federal pelos prazos de
563 licenciamento, por meio de medidas provisórias. Quanto ao Repúdio à Medida Provisória que altera os prazos de
564 licenciamento quanto ao Governo Federal, há algum Conselheiro que seja contra esta Moção? **Sr. José Lauro de Quadros:**
565 fiz aquela proposição, num desabafo, com a seguinte preocupação, agora no aspecto político. Há outros meios que se possa
566 contestar isso aí. Isso aí, no caso do Conselho do Meio Ambiente, não poderá ser considerado o Rio Grande do Sul ficar
567 com o seu problema energético, pelo menos momentaneamente, resolvido fora do racionamento, e teoricamente a minha
568 preocupação, tanto que o Secretário Langone mencionou, que o Ministro muda, e politicamente poderiam deixar mal o Rio
569 Grande do Sul, porque se teoricamente também se diminui prazo, mas rapidamente licencia empreendimentos. E com esse
570 aspecto político que possa trazer problema para nós, pois estamos numa situação mais confortável, retiro a minha Moção.
571 **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** o Secretário Langone está tentando formular uma proposta conciliatória de Moção em
572 relação à Medida Provisória. A proposta do Amigos da Terra se refere exclusivamente a questão de Jacuí I. **Sra. Kathia**
573 **Maria Vasconcellos Monteiro:** “O CONSEMA manifesta seu apoio ao grupo de licenciamento ambiental da Usina
574 Termelétrica Jacuí I e salienta a importância que os mesmos tenham um tempo necessário para as análises técnicas visando
575 a garantia da qualidade de vida da população diretamente atingida pelo empreendimento”. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:**
576 consultamos os senhores Conselheiros. Conselheiro José Lauro, o senhor ainda mantém posição contrária a esta Moção? **Sr.**
577 **José Lauro de Quadros:** não vejo nenhuma contra indicação na proposta da Conselheira Kathia, mas me abstenho de
578 votar, pois acho que existem os prazos de lei e a FEPAM tem todo o amparo legal para cumprir os prazos por maior que
579 seja a pressão. Eu me abstenho. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** lembrando que o Conselho não tem poderes para alterar a
580 situação da Medida Provisória. Esta é uma manifestação política do Conselho. E nesse momento obviamente que todos os
581 interesses estão em jogo aqui. A Mesa consulta ao Plenário se há alguém contra esta proposição de Moção para que
582 possamos encaminhar a votação, defesa ou não desta Moção. Podemos aprovar esta Moção por consenso, registrada a
583 abstenção do Conselheiro da FARSUL. **Consideramos a Moção aprovada.** Retirada a Moção de Repúdio do Conselheiro
584 José Lauro. **Sr. Claudio Langone:** como o Conselheiro José Lauro retirou, mas se tivesse que apreciar seria num espírito
585 um pouco mais cuidadoso. Seria o seguinte: “Manifesta a contrariedade à emissão da MP (nº tem que citar) sem ouvir os
586 órgãos ambientais estaduais responsáveis pela maior parte dos licenciamentos e empreendimentos na área energética”. **Sr.**
587 **José Lauro de Quadros:** acho que posição política do Rio Grande do Sul ficou amenizada. E diz o que eu queria dizer. **Sr.**
588 **Claudio Langone:** inclusive deixaria aberta a abertura dos Estados para discutir uma eventual MP numa situação
589 emergencial. É obvio que isso seria razoável, e isso foi feito sem conversar com os Estados. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:**
590 há concordância com essa proposição? Então, temos aprovada essa Moção também. A Mesa gostaria de fazer um registro.

591 Na verdade, a Mesa considera que forte mesmo é a Medida Provisória, e nós estamos sendo bastante leves nessa questão. É
592 importante destacar que a Medida Provisória inclusive permite a terceirização do licenciamento ambiental. Ou seja,
593 realmente ela flexibiliza, por Medida Provisória, uma legislação que demorou muito tempo para ser construída, que é
594 embasada nos órgãos de meio ambiente nos Estados. E abrimos a sala do novo auditório para que os Conselheiros, aqui
595 presentes, façam uma visita as novas instalações do Conselho que temos aqui ao lado. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** gostaria
596 de convidar a todos para um evento que o Governo do Estado está promovendo no dia primeiro na Associação Médica do
597 Rio Grande do Sul, ali na Avenida Ipiranga, perto da PUC, a partir das nove horas da manhã, “O Fórum Estadual pelo
598 Saneamento Público”, com a presença do Secretário Langone, Secretário Edson Silva e a presença do Governador e
599 autoridades. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** obrigado, Conselheiro Pacheco. Convido à visita ao novo espaço do Conselho.
600 Encerra-se a reunião às 16h45min.